



O cidadão plasmado por aplicativos: Estado, política, precarização e cidadania no contexto latinoamericano do século XXI

Dionys Melo dos Santos¹

Resenha do livro: CANCLINI, Néstor Raúl García. Ciudadanos reemplazados por algoritmos. Bielefeld, Bielefeld University Press, 2020.

The citizen shaped by applications: State, politics, precariousness and citizenship in the Latin American context of the 21st century

El ciudadano moldeado por aplicaciones: Estado, política, precariedad y ciudadanía en el contexto latinoamericano del siglo XXI.

Analisar criticamente as transformações sociais provocadas pela centralidade das redes e tecnologias sociodigitais, na sociedade latinoamericana contemporânea, é o ponto de partida do trabalho de Néstor García Canclini (2020). Tema recorrente em documentários, séries, filmes, jornais e revistas. O trabalho do cientista social argentino oferece uma análise sistemática dos processos de desglobalização, despolitização, emergência da “videopolítica”, precarização do mundo do trabalho e da ascensão dos sujeitos midiáticos, aqueles plasmados pelas telas e hiperconectados. O autor deposita especial atenção aos jovens, cada vez mais imersos nas dinâmicas das redes sociais, e nos impactos dessas novas formas de sujeição na reconfiguração da esfera pública.

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar) - São Carlos - Brasil - dionys.melo@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-9301-7765>

Nestor Garcia Canclini é um cientista social/filósofo argentino que, além da atuação enquanto professor na Universidade Autônoma Metropolitana do México (UAM), lecionou nas Universidades de Austin, Duke, Nova York, Stanford, Barcelona, Buenos Aires e São Paulo. Seu trabalho aqui resenhado é fruto de uma série de “ensaios” concebidos a partir das investigações interdisciplinares desenvolvidas no âmbito do *Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados en Humanidades y Ciencias Sociales* (CALAS), cuja principal sede fica na Universidade de Guadalajara (México), mas conta com o suporte das universidades alemãs de Bielefeld, Kassel, Hannover e Jena.

Canclini (2020) estrutura seu “ensaio” em oito partes, abarcando desde o processo de captura dos cidadãos pelas telas dos dispositivos eletrônicos, e suas redes sociodigitais, até, na parte final do texto, as possibilidades de emancipação sob um regime de hipervigilância. Recuperando o conceito adorniano do “ensaio como forma” (Theodor ADORNO, 2003), o autor pretende expor as complexidades de determinado fenômeno se distanciando do movimento finalista do pensamento que visa explicar por meio de uma certeza absoluta. Ou seja, enquanto algo que se opõe à busca por uma verdade totalizante.

Na primeira parte da obra, Canclini (2020) apresenta conceitos introdutórios sobre o processo de captura dos cidadãos pelos algoritmos. Reconhecendo o papel embrionário da televisão na expansão da videopolítica, argumenta que as tecnologias não são neutras. Ao contrário, os algoritmos capturam nossas opiniões e comportamentos sempre subordinados aos interesses de corporações globais, geralmente localizadas no Vale do Silício (E.U.A). Para o autor, os usos das tecnologias, pautados por uma lógica neoliberal, mantêm e aprofundam as desigualdades crônicas do capitalismo.

Através dos conceitos de “desglobalización”, “desciudadanización” e “despolitización”, Canclini (2020) busca ressaltar como globalização, cidadania e política perderam o seu sentido clássico no contexto atual. Ressalta que os “GAFA” (Google, Apple, Facebook e Amazon) reconfiguraram o poder econômico e político, redefinindo o sentido de conceitos como trabalho, consumo e comunicação. Com seu trabalho, o autor pretende detectar continuidades e descontinuidades, potências e frustrações deste processo de reconfiguração da ordem econômica e política, com especial ênfase nos sentidos de civilização, cidadania e comunidade que emergem desse contexto. Para tanto, o pensador argentino produz uma breve história crítica das mediações e apropriações sociotecnológicas, desde os meios de comunicação de massa, como a televisão, até as redes sociodigitais. Nesse novo contexto emergente,

recuperando o trabalho de Judith Butler (2016), a precariedade e a insegurança não são falhas do sistema socioeconômico, mas recursos para a acumulação de poder dentro do Estado e dos grandes conglomerados empresariais. Por esse motivo, os jovens ganham um espaço importante dentro do texto de Canclini (2020), afinal são eles os sujeitos mais precarizados nesse novo ordenamento.

De acordo com o autor, todo o modelo de democracia representativa perde potência e capacidade de mobilização dos sujeitos, principalmente os mais jovens, ao submeter-se às demandas próprias de organizações internacionais. Assim, na primeira parte do texto, um dos pontos centrais de sua argumentação passa pela crise de representatividade. As disputas ideológicas perderam o sentido diante da incapacidade das elites políticas em resolver os conflitos gerados pelo aumento da precariedade laboral, desemprego e insegurança, a partir da expansão dos aplicativos no mundo do trabalho, associada aos recorrentes escândalos de corrupção em muitos governos latinoamericanos.

A baixa representatividade das estruturas tradicionais ajuda a explicar a ascensão de governos autoritários, que se colocam como se estivessem à margem da política tradicional. Nesse sentido, as redes sociodigitais possuem um papel central ao canalizar as frustrações dos sujeitos que se julgam à margem do Estado, cidadãos que não contam com o Estado e vivem em uma situação de vulnerabilidade frente aos interesses dos aplicativos.

Canclini (2020) ressalta três motivos para a decomposição do sistema da democracia representativa globalizada. Primeiro, o processo de elitização dos partidos e a consequente desconexão destes em relação às suas bases sociais. Em segundo lugar, aparece a mercantilização dos meios de comunicação cada vez mais apartados de sua função social. Por fim, observa um aspecto subjetivo relacionado à percepção dos cidadãos de que seus protestos e dificuldades socioeconômicas não são considerados pelo poder público.

Ser cidadão, atualmente, não é mais o que era em etapas anteriores do capitalismo. Canclini (2020), recupera o conceito de “desdemocratización” (Wendy BROWN, 2005) e aponta de que forma, hoje em dia, vivemos em um outro modo de entender a política. Esse novo entender é fomentado pela dissolução dos acordos entre Estado, empresas e direitos que deram sentido a concepção moderna e democrática de cidadania. Na perspectiva do cientista social argentino, essas rupturas e descontinuidades não são somente tecnológicas, mas consequências da reorganização cognitiva do capitalismo (Yann MOULIER, 2007).

No limite, Canclini (2020) se interroga sobre as novas formas de exploração, material e simbólica, que se desenvolvem quando atos de consumo, participação política e associação civil são expropriados por corporações midiáticas e servidores digitais. Mais do que isso, o autor busca desenvolver perspectivas para a possibilidade de criação de um “novo” conceito de cidadania. Pois as formas clássicas de cidadania, associadas à esfera pública e ao pertencimento a uma comunidade territorialmente localizada, foram desabilitadas pela emergência do poder midiático. Há um paradoxo na relação entre avanço dos meios digitais e cidadania. Por um lado, as redes potencializam um tipo de participação individualizada, na qual o sujeito se coloca no centro da interação. Mas por outro, as redes acabam por neutralizar a participação social. A noção de videopolítica é um ponto crucial na argumentação do autor sobre como as indústrias culturais vêm reconfigurando a esfera pública. O processo de dominação deixa de ser realizado nas “praças e ruas” para ser efetuado por meio das telas, que determinam o debate e a formação da opinião pública.

O avanço da videopolítica, o enfraquecimento do Estado e a perda da credibilidade da política partidária são processos que se entrelaçam. Canclini (2020) aponta como no contexto atual é mais fácil notícias e mercadorias adentrarem territórios do que os sujeitos. Toda a análise do autor tem como base a questão dos meios de comunicação e informática terem se transformado em agentes transnacionais de intercâmbio cultural, cuja capilaridade é maior que os Estados-nações “tradicionais”.

É nesse contexto que emerge a figura do “cidadão monitorizado” (CANCLINI, 2020:49), aquele que é ao mesmo tempo observador (voyeur) e observado. Uma nova governamentalidade algorítmica emerge frente à tradicional governamentalidade estatal (IDEM, 2020:53). Governamentalidade algorítmica que privilegia o mercado em detrimento do Estado, o privado no lugar do público e a conversão dos cidadãos em consumidores. No vácuo de representação e credibilidade dos partidos políticos em defender os interesses públicos, emergem as redes sociais enquanto ferramentas e lugares de intermediação e deliberação social. Seria um equívoco pensar que esses atores que emergem nas redes são sujeitos desterritorializados. Antes, são indivíduos transterritorializados, geralmente a partir de redes que têm no Vale do Silício/Califórnia suas sedes, mas que produzem discursos e atuam em relação a contextos sociais específicos.

Concretamente, Canclini (2020) analisa um processo de sobreposição de agendas privadas sob agendas públicas. Ou melhor, algo mais perverso que é

o encapsulamento de uma agenda privada, própria aos interesses dos grandes conglomerados midiáticos, em algo neutro e popular. Eis um dos motivos para as dificuldades que a democracia representativa vem encontrando no contexto latinoamericano.

Os jovens ganham centralidade na argumentação do autor, pois são eles grande parte dos consumidores dessas tecnologias, ao mesmo tempo que é entre os jovens que a desigualdade é mais sentida. O peso da informalidade e precarização do trabalho recai sobre aqueles sujeitos que ainda não estão dentro do mercado de trabalho formal. A falta de perspectivas de longo prazo para aqueles que vivem por projetos e/ou cedendo sua força de trabalho para aplicativos, junto ao aumento da fragilidade social, é fundamental para o processo de “descidadanização” (CANCLINI, 2020) das novas gerações. Tanto Butler (2016), como Isabel Lorey (2016), são precisas ao apontar como a precarização se converte em um instrumento de governabilidade dos sujeitos. Toda uma ideologia do empreendedorismo e da inovação tecnológica serve como um instrumento de adestramento, de neutralização dos possíveis atritos provocados por uma precariedade massiva, aumento da informalidade e do desemprego juvenil.

Como aponta Canclini (2020:73), a vida entendida enquanto uma sucessão de projetos favorece o sentimento de desinteresse por instituições estabilizadas, como partidos e sindicatos, refletindo na curta duração dos movimentos sociais encabeçados pelos jovens e na dificuldade em centralizar pautas. Entretanto, mesmo em um contexto de concentração de poder, onde as grandes corporações midiáticas cada vez mais dão cabo à um processo de colonização da internet, Canclini (2020) observa possibilidades de resistências contra-hegemônicas, principalmente associadas a cultura *hacker* e às comunidades de *software* livre.

O descontentamento e a falta de esperanças na transformação do sistema favorece iniciativas que visam subverter a ordem digital que se impõe, principalmente no que se refere ao compartilhamento livre de informação. Mas nem tudo são flores, como aponta o autor. A desconfiança frente aos sistemas econômicos e comunicacionais e o *hacking* destes meios não são apenas instrumentos “rebeldes”, mas, também, servem aos movimentos conservadores que se utilizam desses meios para aumentar a polarização dos cidadãos.

De fato, os dispositivos sociodigitais ampliam a possibilidade de comportamentos ativos nos espectadores, convidando-os a reverberar junto às redes suas opiniões e expectativas. Além do aumento da interatividade, o “capitalismo eletrônico-informático” (Gustavo LINS, 2018) ou “tecnocapitalismo” (Eric SADIN,

2018) reformula o complexo socioeconômico e cultural a partir do armazenamento e classificação de um grande volume de informação.

Canclini (2020:81) aponta a articulação de uma espécie de “panóptico eletrônico”, onde as palavras se transformam em signos de busca e se articulam algoritmicamente para que a informação disponibilizada, gratuitamente, pelos usuários aos buscadores, sobre seus comportamentos, desejos e opiniões, se convertam em insumos mercantilizados. O autor nos provoca a pensarmos o papel do Estado nesse processo. Afinal, que autoridade teria quando sequer se propõe a exercer algum tipo de política para controlar “as grandes corporações transnacionais dedicadas a comercializar a vida privada dos cidadãos?” (CANCLINI, 2020:84, tradução livre).

Nesse sentido, Noah Harari (2016) indica como a centralidade dos dados nesse modelo socioeconômico (“dataísmo”) exige que repensemos tudo aquilo que entendemos por público e privado, sistemas democráticos e autoritários. Seja na esfera do trabalho ou do consumo, o papel dos sujeitos é diluído, tanto os que cooperam gratuitamente com as empresas dessa nova economia, como o papel da própria empresa enquanto entidade responsável pela exploração de seus funcionários e consumidores.

O espaço, vendido pelo discurso de marketing como aberto e livre de hierarquias, se revela submetido a decisões hierarquizadas das grandes multinacionais que controlam os dados, os usos e a apropriação dos benefícios. No limite, todo esse conhecimento exaustivo da intimidade dos consumidores pode ser aproveitado por governos autoritários, pelo setor financeiro e pelas multinacionais que podem modelar previamente as opções disponíveis.

Canclini (2020) recupera a questão de um “determinismo biotecnológico”, mas não se rende a ela como fator explicativo totalizante. Nada, nem ninguém, governa só com dados. Os algoritmos podem ser uma fonte de hegemonia se associados a outras formas e modos de constituição do poder. Por isso, a parte final de sua obra aqui resenhada é dedicada a pensar possibilidades de resistência, enfrentamentos e emancipação sob um regime de hipervigilância digital. Contudo, sempre advertindo sobre uma espécie de zona cinzenta/contraditória entre a capacidade emancipatória das redes e a força da submissão a um regime hipervigilante. A acentuada polarização da sociedade e da política é uma característica dos tempos atuais, mas não quer dizer que antes ela não existia.

Mesmo reconhecendo o papel da “governamentalidade algorítmica” na desorganização das massas, a partir de um excesso de informações disponíveis

que mantém os sujeitos imobilizados, Canclini (2020) busca recuperar algumas respostas dos cidadãos ante a precariedade, os algoritmos e seus gestores. Como, por exemplo, os movimentos do tipo “YoSoy132” (México) e “Occupy Wall Street” (E.U.A) que se articularam inicialmente por meio das redes e se converteram em forças políticas de enfrentamento.

Por um lado, os processos de “descidadanização” (insegurança social, precariedade laboral e crescentes fluxos de migrações dos mais pobres) ampliados e naturalizados pelo regime sociotecnológico vigente fomentam xenofobia, tentações autoritárias e o desejo de cancelamento da democracia político-burocrática para imposição de soluções militares. Por outro, a rede pode servir ao exercício crítico e solidário, resistindo à normalização da manipulação algorítmica. Alguns movimentos sociais criam nexos cooperativos que potencializam sua autonomia relativa graças às tecnologias sociodigitais de uso aberto e a possibilidade de criação de um espaço comum, que fuja à lógica do mercado. Empoderamento e desapropriação caminham juntos, eis uma das principais características de um regime de governamentalidade algorítmica, seu potencial em trabalhar com o contraditório.

A expansão dos acesso aos recursos tecnológicos reprogramam a discussão clássica sobre movimentos sociais, partidos e instituições. A corrupção, o alto encapsulamento burocrático e a falta de sintonia dos partidos com as novas estruturas midiáticas da internet são fundamentais para o afastamento de uma parcela da população dessas esferas de poder. Recuperando a argumentação foucaultiana sobre o papel do Estado na modernidade, Canclini (2020) observa como a concepção de hegemonia está sendo refeita. Para o autor, a perspectiva de um poder que não se estrutura de cima para baixo, de maneira “piramidal”, é ainda mais pertinente no contexto atual de predomínio das redes sociodigitais, enquanto uma situação estratégica que coloca em competição forças/vetores em múltiplas direções

Na parte final do texto, Canclini (2020) avança numa discussão teórica sobre o sentido da política e do conceito de hegemonia em uma sociedade onde boa parte das relações são mediadas por dispositivos sociodigitais. O autor arrisca uma hipótese sobre as mudanças na organização social e na experiência cidadã dos sujeitos a partir da emergência das redes. Em sua argumentação (CANCLINI, 2020:129), as intenções hegemônicas das empresas e partidos e os desejos contra-hegemônicos de uma parcela dos usuários, devido ao formato da comunicação produzida na rede, estão engendrando modelos de comunicação e associação que, *a priori*, não são nem hegemônicos nem contra-hegemônicos. Na reconfiguração promovida pelas redes

sociodigitais, as formas de sociabilidade são elaboradas por um arranjo híbrido no qual o poder não mais constitui uma estrutura binária, mas, antes, uma complexidade dispersa.

Na perspectiva de Canclini (2020:135), o excesso de informações disponíveis nas redes, tende a favorecer o interesse de uma parcela da população pela busca de um “redentor” onisciente, um líder “excepcional” capaz de recompor a verdade. Líderes que ascendem com a promessa de cumprir aquilo que os partidos, sindicatos e movimentos sociais não são mais capazes de realizar devido a polisssemia de vozes e correntes. A sofisticação do trabalho sociológico de Canclini (2020) não permite que ele avance nesta hipótese sem antes estudar processos empíricos tão diversos como os que aconteceram no Brasil, México, Estados Unidos ou Europa.

Assim, o autor encaminha o fechamento de sua obra em um exercício de recuperar Kant, um dos pilares do pensamento ocidental moderno, para pensar o estágio atual da sociedade latino americana. É a partir das quatro interrogações kantianas clássicas- o que eu posso conhecer, como posso agir, o que eu posso esperar e o que é o Homem- que Canclini (2020) estrutura seu epílogo.

Em sua obra, Canclini (2020) reconhece que em uma sociedade altamente digitalizada, o acesso à internet permite aos sujeitos construir novos saberes e combinar várias disciplinas. Há uma ampliação do acesso à informação, ampliação cognitiva que pode ser uma fonte de potência para o desempenho da cidadania. Para pensarmos formas emancipatórias possíveis é preciso reconhecer que a internet, por um lado, oferece uma estrutura em rede que pode ser utilizada enquanto um recurso antiautoritário. No entanto, sua dependência de instâncias hiper centralizadas de gestão de dados coloca em conflito a potência libertadora do acesso ao conhecimento com a restauração e reforço de práticas de dominação e preconceitos (CANCLINI, 2020:150).

A ausência de informações aos usuários sobre as políticas de privacidade, a facilidade com que circulam conteúdos de ódio e de cunho fascista nas redes associada à dificuldade dos conglomerados e grandes empresas de tecnologia em eliminar prontamente informações falsas e suspender contas que disseminam tais conteúdos, favorecem a emergência de práticas e discursos autoritários e antidemocráticos pelo mundo conectado. Mas o que podemos fazer nesse contexto?

Para Canclini (2020), há a necessidade de desenvolvermos uma cidadania experimental focada em modelos de cooperação flexíveis. A mediação televisiva e, posteriormente, das redes sociodigitais, fomentou novas formas de participação. Entretanto, a capacidade de acúmulo de informações e comportamentos

pelos algoritmos aparecem como um “novo poder estruturante” (CANCLINI, 2020:153), que devido à lógica totalitária de apropriação dessas informações e à inaptidão dos sistemas algorítmicos em criar formas sustentáveis de governabilidade social, apartam os “cidadãos- consumidores- usuários” do exercício da cidadania. No limite, Canclini (2020) reconhece o potencial democratizador dos recursos digitais e as diversas possibilidades de usos dessas ferramentas para a construção de outros modos de sociabilidade. Entretanto, o potencial emancipador desses recursos é colocado em xeque quando situamos essas redes dentro da lógica da precarização fomentada pelo sistema socioeconômico. Mas, então, o que podemos esperar?

A resposta do trabalho de Canclini (2020) à questão acima passa por esse sentimento de desassossego tão próprio ao período em que vivemos. Os algoritmos favorecem a sensação de instabilidade ao criar a sensação de que habitamos um mundo sem totalização, sem uma narrativa unificadora. Essa sensação de instabilidade, Embora Canclini (2020) não avance muito neste argumento, é uma das fontes que ajudam a explicar a ascensão de discursos messiânicos e totalitários no campo da política.

Mas o que é ser humano neste cenário de incertezas e hiperconectividade? A questão kantiana sobre a humanidade vem sendo recolocada por várias correntes do pensamento social do século XX. Seja Michel Foucault, Claude Lévi-Strauss ou Donna Haraway, toda grande teoria social do século XX buscou responder ao mistério: do que constitui ser “ser humano”? Canclini (2020) reconhece a impossibilidade de uma resposta universal e homogênea sobre o que seria o humano. Com a ascensão da economia financeirizada, fica cada vez mais difícil a execução de políticas multiculturais. Mesmo que haja o esforço dessas políticas em fomentar uma governamentalidade de mundo pacífica e não destrutiva, a falta de organizações globais e acordos que garantam a execução dessas políticas dificultam o pluralismo (CANCLINI, 2020:161).

Para muitos críticos da contemporaneidade, estaríamos em uma sociedade da desidentificação. No entanto, talvez a melhor definição para o contexto atual, permeado pelas tecnologias sociodigitais, seja uma sociedade de multi-identificações. Para o tema da obra de Canclini (2020), a sociedade latino americana está orbitando entre a descidadanização e novas formas de exercício da cidadania. Seguindo Gayatri Spivak (2017), Canclini (2020) defende que aprendamos a viver com instruções contraditórias. Nesse sentido, o autor defende que assumamos a heterogeneidade das resistências na busca por análises dos conflitos que fujam às totalizações. Não há o conceito de latino americano fechado, nem uma epistemologia do sul homogênea. Antes o pensador argentino defende a

mobilização desses conceitos de forma flexível, respeitando as particularidades de cada contexto.

Ao longo de seu trabalho, Néstor Canclini (2020) reconhece a importância das instituições se renovarem a partir dos modelos clássicos de participação cidadã, como o voto. Todavia, o autor enxerga potência em formas de cidadania que não se prendam às instituições ou aos aplicativos e seus lucros. Formas de cidadania que buscam escapar da pretensão homogeneizadora do poder político e econômico estabelecido, valorizando o aspecto contraditório de uma sociedade fragmentada e hiperconectada. Talvez, cidadãos “reemplazados” (substituídos) por algoritmos não seja um título totalmente verídico². Mas como Canclini (2020:164) diz, “¿Ciudadanos reemplazados por algoritmos? No es una noticia falsa, sólo una dimensión de lo que está sucediendo”³.

Referências

- ADORNO, Theodor, W. “O ensaio como forma”. In: ADORNO, T. W. *Notas de literatura I*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- BROWN, Wendy. *Edgework. Critical essays on knowledge and politics*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- BUTLER, Judith. “Prefácio”. In: LOREY, Isabel. *Estado de inseguridad. Gobernar la precariedad*. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.
- CANCLINI, Néstor Raúl García. *Ciudadanos reemplazados por algoritmos*. Bielefeld, Bielefeld University Press, 2020.
- HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus. Breve historia del mañana*. Barcelona: Debate, 2016.
- LINS, Gustavo. “El precio de la palabra: La hegemonía del capitalismo electrónico-informático y el Googleismo”. *Desacatos* 56: 16-33, 2018.
- LOREY, Isabel. *Estado de inseguridad. Gobernar la precariedad*. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.
- MOULIER, Yann. *Le capitalisme cognitif: La nouvelle grande transformation*. Paris: Editions Amsterdam, 2007.
- SADIN, Eric. *La silicolonización del mundo*. Argentina: Caja Negra, 2018.

2 Neste ponto, esclareço que, sempre respeitando o texto do autor, opto em algumas partes pela tradução do termo “reemplazado” (algo como “substituído”, em tradução livre do espanhol) pela expressão “plasmado”. Pois mais que substituir, acredito que os algoritmos acabam por plasmar a experiência cidadã. Modulando-a, conforme os interesses das grandes corporações que compõem a arquitetura e economia digital, e não tanto substituindo-a como o termo “reemplazado” possa transmitir.

3 Traduzindo livremente, “Cidadãos substituídos por algoritmos? Não é uma notícia falsa, apenas uma dimensão do que está acontecendo”.

SPIVAK, Gayatri. *Una educación estética en la era de la globalización*. México: Siglo XXI, 2017.

Recebido em: 21/12/2022

Aprovado em: 06/02/2022

Como citar esta resenha:

SANTOS, Dionys Melo dos. O cidadão plasmado por aplicativos: Estado, política, precarização e cidadania no contexto latinoamericano do século XXI. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 675-685.